

Comissão Especializada Permanente

Transportes e Mobilidade

6ª Comissão

ATA N.º 35/XIII-4º/2024-25

1 - Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 15H30, na Sede do Metropolitano de Lisboa, sitas na Estrada da Pontinha, em Lisboa, realizou-se a trigésima quinta reunião da Comissão Especializada Permanente de Transportes e Mobilidade.

2 - Verificou-se a presença dos seguintes eleitos:

- Luís Palma, José Rocha, Paulo Viegas, Pedro Pereira, Ivo Almeida, Bruno Dias, Sónia Silva, Nuno Mendes, António Maco, Beatriz Ferreira, Courinha Leitão.

Em representação do Metropolitano de Lisboa, estiveram presentes os vogais e a presidente da administração, Eng. Maria Helena Campos, juntamente com parte da equipa envolvida na elaboração e desenvolvimento dos estudos para a extensão do Metro Sul do Tejo, sob a responsabilidade do Metropolitano de Lisboa.

O presidente da 6ª Comissão, Luís Palma, deu início à reunião cumprimentando todos os presentes esclarecendo o objetivo central da reunião, que era ouvir e dialogar com os responsáveis pelo estudo do novo traçado para a extensão do metro Sul do Tejo.

O presidente enfatizou que o principal foco da reunião seria solicitar esclarecimentos sobre os resultados obtidos até o momento, relativamente à sua evolução e eventuais questões que ainda necessitam de análise, passando de seguida para o efeito, a palavra à presidente da administração Dra Maria Helena, que por sua vez sugere que sejam os deputados a dar início ao debate, com opiniões e questões que entendam pertinentes, sobre a matéria em discussão.

A deputada Beatriz Ferreira, no uso da palavra, coloca algumas questões relacionadas com o estudo apresentado sobre o traçado da extensão do metro. A primeira questão colocada pela deputada diz respeito à possibilidade de avançar com o projeto para a construção do túnel Algés-Trafaria, questionando se, no estudo em questão, foi levada em consideração a integração e conciliação de ambos os projetos, ou seja, a extensão do metro e a construção do referido túnel.

Em seguida, Beatriz Ferreira aborda uma questão que afeta diretamente a qualidade de vida de muitos cidadãos: o desconforto causado pelo ruído nos carris, especialmente para aqueles que residem mais próximos da via. A deputada questiona se, no âmbito da extensão do metro, serão adotadas medidas específicas para mitigar o impacto negativo para os moradores da área.

O deputado António Maco coloca uma breve questão, que é: na extensão do traçado para a Costa da Caparica está previsto apenas o meio de transporte ferroviário ou está será complementado com outros meios de transporte nomeadamente o BRT.

O deputado Paulo Viegas conclui o primeiro conjunto de questões apresentadas pelos deputados, abordando, em particular, a sugestão e reivindicação de associações de ciclistas que têm defendido a implementação de ciclovias ao longo do trajeto da extensão do Metro

Sul do Tejo. Nesse contexto, a questão levantada é se essa proposta está, de alguma forma, a ser considerada nos estudos do novo traçado.

Em relação às questões levantadas, a Eng. Maria Helena iniciou a sua intervenção abordando a questão colocada sobre o incómodo e o desconforto causado pelo ruído. Explicou que o projeto está atualmente em consulta pública, com o objetivo de recolher opiniões e sugestões da população sobre o traçado. Este processo está a chegar à fase de maturação, e um grupo de trabalho está a estudar as diversas questões técnicas envolvidas.

Maria Helena destacou que a utilização cuidadosa das novas tecnologias permite encontrar soluções mais adequadas. A escolha do território para o projeto exige uma análise detalhada e equilibrada, as soluções apresentadas até à data, são as possíveis

Quanto à possibilidade de avançar com o projeto de construção do túnel entre Algés e Trafaria, diz que está a decorrer um estudo sobre soluções de intermodalidade, sem qualquer informação sobre o projeto, ainda assim, consideram a Trafaria um ponto importante, assim como a ligação à Costa da Caparica, conclui a Eng. Maria Helena esta sua intervenção, referindo que é possível essa ligação, com alguns ajustes no traçado, que permite aumentar a linha em dois ou três quilómetros, naturalmente feito em colaboração com a autarquia, tal como a eventual necessidade de complementarização com outros meios de transporte.

O Deputado Bruno Dias, no uso da palavra, reiterou que o objetivo da solicitação da reunião com a Metro de Lisboa é essencialmente a recolha de informações, com a finalidade de obter uma compreensão mais clara e abrangente sobre o projeto em discussão. Durante a sua intervenção, o deputado levantou uma série de questões que considera fundamentais.

Em primeiro lugar, Bruno Dias destacou a importância de esclarecer, para além da construção das infraestruturas e do concurso de aquisição, o número de composições que serão necessárias para garantir o funcionamento normal do serviço, tendo em conta o contexto da extensão à Costa da Caparica.

Relativamente à possibilidade de ligação com outros meios de transporte, o deputado expressou uma preocupação sobre os interfaces, particularmente em relação às novas estruturas que estão a ser projetadas para os bombeiros e o novo centro de saúde, bem como o impacto que estas alterações terão no estacionamento. Considerando os previsíveis aumentos das dificuldades de estacionamento na área, Bruno Dias questionou se estão pensadas para mitigar esses desafios.

Além disso, o deputado salientou que, embora a solução de interface proposta para a ligação ao transporte fluvial pareça adequada, as soluções de estacionamento nos pontos de conexão com outros meios de transporte precisam de ser pensadas, questionou ainda sobre a possibilidade de retomar a ideia inicial de fazer com que o trajeto do metro se aproxime mais das praias,

Outro ponto relevante abordado por Bruno Dias foi a preocupação com o impacto do tráfego intenso, especialmente durante os meses de verão, no funcionamento do metro.

O deputado questionou se o projeto leva em consideração o habitual congestionamento de trânsito na zona, e de que maneira isso poderia afetar a eficácia do novo sistema de transporte.

Em relação ao anunciado túnel Trafaria-Algés, Bruno Dias indagou se, no âmbito deste projeto, está prevista a reserva de uma área destinada à ferrovia.

Por fim, ainda sobre as condições específicas de tráfego na Costa da Caparica, salienta as diferenças sazonais entre o inverno e o verão. Neste sentido, solicitou informações sobre as soluções que estão a ser planeadas para lidar com as diferentes pressões no tráfego e no transporte público em cada uma destas estações do ano.

O deputado Pedro Pereira pediu esclarecimentos sobre o novo traçado, em particular no que diz respeito à ligação ao Funchalinho. Referindo-se à possibilidade de incluir uma ciclovia ao longo do traçado, expressou sérias dúvidas quanto à viabilidade da implementação de uma rede ciclável em alguns troços. Além disso, questionou: A implementação da rede ciclável ao longo do traçado significa que o percurso poderá ser feito de bicicleta? então para quê o metro? Qual será o custo adicional para a inclusão da ciclovia? porquê a ideia da rede ciclável para a faculdade ao lado do metro? Qual o objetivo?

A deputada Beatriz Ferreira, relativamente aos interfaces, e a interação com os TVDE,s, ainda que tenham sido criados alguns pontos, a organização está longe de ser a ideal, pergunta se está a ser equacionada alguma solução, conclui, se ponderam melhorar as condições das estações, bem como a criação de novos abrigos.

A Presidente do Metro de Lisboa, Maria Helena Campos, delegou as respostas às questões colocadas a alguns membros do grupo de trabalho.

Para um primeiro esclarecimento relativamente ao interface, um dos membros responsáveis pelo estudo, Eng. Alberto Barradas diz no início da sua intervenção, que as infraestruturas estão ligadas à questão do estacionamento, que é importante perceber o enquadramento das estruturas com o novo traçado, o estudo visa determinar o melhor trajeto para a expansão da rede, mas compete à autarquia definir a configuração urbana, nomeadamente a construção do centro de saúde, é fundamental uma articulação estreita com as entidades locais, a fim de assegurar que todas as partes envolvidas encontrem as melhores soluções possíveis.

retomando a palavra, Maria Helena começa por mencionar que o projeto foi submetido à consulta pública com o objetivo de recolher opiniões que possam eventualmente ser incorporadas nos estudos.

No que diz respeito aos interfaces, aponta a Trafaria como ponto estratégico, informa que estão à procura de soluções de garagem para estacionamento dos comboios no terminal. Uma das possibilidades em análise é o pavilhão localizado nas traseiras do forte, enquanto outra hipótese seria a instalação de uma estação central próxima às instalações dos bombeiros.

Prossegue, referindo-se ao interface na Costa da Caparica, esclarecendo que o programa exige uma área específica. Todos os testes de capacidade e viabilidade estão a ser realizados, e todas as possibilidades estão a ser estudadas. Está também a ser equacionada a criação de alternativas rodoviárias, como complemento, incluindo áreas de espera para autocarros em articulação com a ferrovia e transporte fluvial. Este é um projeto que exige diversos reajustes para garantir a viabilidade e a concretização da obra de extensão, acrescentando que o ideal seria a criação de uma estrutura robusta, coberta, capaz de proporcionar um melhor atendimento aos utilizadores

Em relação aos parques de estacionamento, estão a ser avaliadas diversas opções, sendo a construção de silos de estacionamento uma das alternativas em consideração.

Quanto à questão sobre a proximidade das praias, todos os cenários possíveis estão a ser cuidadosamente analisados, com o objetivo de conseguir a melhor solução. Estão em estudo pequenas alterações em pequenos troços do trajeto, para os quais ainda não foi encontrada a solução mais adequada.

Referindo-se à possível implementação do Transpraia, considera que apresenta um potencial favorável. Sobre a estação na Várzea de Pêra, fica próxima do Funchalinho, será necessário criar uma área pedonal e ciclável, a fim de facilitar a mobilidade

Nos esclarecimentos prestados aos deputados da comissão, Maria Helena explicou que foram realizados inquéritos junto das entidades responsáveis pela estruturação da rede rodoviária e pelo estudo de tráfego. Todos os detalhes foram cuidadosamente analisados e levados em conta, com um estudo em curso e em constante evolução na busca de soluções mais eficientes. acrescenta que é possível perceber as variações na densidade populacional entre o verão e o inverno, e que o objetivo é encontrar o ponto de equilíbrio para uma melhor gestão dos serviços prestados.

relativamente às questões colocadas sobre a organização de pontos para os TVDE,s, esclarece que o metro de Lisboa não tem qualquer responsabilidade nessa matéria, já as novas paragens e a colocação de novos abrigos, tem sido uma preocupação, são duas tipologias de paragens (cais lateral e central) estudadas para adaptação às características do local onde serão colocadas, é um tema sinalizado no grupo de trabalho, que procura as soluções que proporcionem um serviço eficiente e confortável. Diz que durante o ano de dois mil e vinte cinco todo o processo será devidamente divulgado com alteração ainda em equação.

Conclui informando que está também a ser estudada a possibilidade da criação de parques para bicicletas nas estações.

O deputado Nuno Mendes solicita a palavra para colocar algumas questões. Na sua opinião, o projecto que nos é apresentado para a Costa da Caparica coloca-nos uma questão: o território não corre o risco de ficar cortado? O projeto para a região deve ser mais abrangente. referindo-se aos veículos pesados que diariamente circulam na zona para o acesso à Silopor Trafaria, que ao que tudo indica terão que cruzar a linha do metro, a questão é: estão acauteladas nos estudos formas de evitar estes possíveis congestionamentos?

solicitando a palavra o deputado Bruno Dias avançando com a sugestão de envolver a Silopor neste processo, manifesta a sua concordância com o traçado em estudo, mas tendo em conta estas possíveis interferências, envolver a Silopor, tem de ser vista como uma forma de acautelar os possíveis constrangimentos.

O deputado Paulo Viegas, solicita a palavra, para expressar a sua opinião de que o túnel Trafaria-Algés, não será a preocupação no imediato, é uma solução que terá que ser discutida mas não no curto prazo.

Os responsáveis pelo Metro de Lisboa afirmam que um traçado mais a sul foi igualmente considerado, em resposta à questão sobre a extensão à Costa da Caparica. Garantem que não haverá territórios cortados ou negligenciados, são sete quilómetros adicionais de linha que têm como objetivo atrair mais pessoas para o transporte público.

não se pode fugir demasiado ao traçado de referência, o que se pretende é que seja mobilizadora e orientada para o futuro.

Sobre a estação na Várzea de Pêra, explicam que esta foi a opção viável, dada a necessidade de contornar uma área protegida, o que leva a uma alteração para o norte. Também chamam a atenção para a situação dos camiões estacionados na Trafaria, que estacionam em área protegida. Quanto ao estudo sobre o fluxo sazonal, afirmam que é essencial garantir o funcionamento normal do metro, tomando as medidas necessárias para evitar paralisações nos períodos de maior movimento.

Reiteram que estão a analisar traçados que assegurem maior acessibilidade e conforto para os utentes. Em seguida, foi apresentada aos presentes uma projeção, acompanhada de explicações relativamente ao projecto, com todas as possibilidades e condicionantes, concluindo que a articulação com outros tipos de transporte está acautelada.

A deputada Sónia Silva, solicitando a palavra, afirmou ter estado presente em todas as apresentações sobre o projeto, o qual gerou algumas dúvidas e contestações, especialmente em relação ao troço próximo à escola. destacou que essa preocupação merece atenção sugerindo como possível solução a deslocação mais para sul.

Numa última intervenção para responder à questão colocada, Maria Helena Campos considera pertinente a observação mas não tem resposta que satisfaça esta reivindicação, as regras existem, o processo de consulta pública serve para registar essas preocupações das populações, e da parte dos responsáveis pelo estudo, a certeza de que farão tudo o que for possível para encontrar a solução mais equilibrada

A presente Ata foi aprovada por unanimidade dos Deputados/as Municipais da Comissão

O Presidente da Comissão _____

O Secretário da Comissão _____



